



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
POLO CAJUEIRO

FABÍOLA MENDES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL DO GESTOR: INCLUSÃO E EQUIDADE
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Maceió-AL

2025

FABÍOLA MENDES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL DO GESTOR: INCLUSÃO E EQUIDADE
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
banca examinadora do curso de Pós-graduação
em Gestão Educacional da Universidade Federal
de Alagoas e aprovada em 19 de março de 2025.

Maceió-AL

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

FABÍOLA MENDES DA SILVA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL DO GESTOR: INCLUSÃO E EQUIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Pós-graduação em Gestão Educacional da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 19 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
 LANA LISIER DE LIMA PALMEIRA
Data: 23/04/2025 12:13:41 -0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Orientadora – Profa. Dra. Lana Lisiér de Lima Palmeira

Banca examinadora: 1

Documento assinado digitalmente
 RODRIGO PEREIRA
Data: 25/04/2025 23:46:52 -0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador/a- Prof. Dr. Rodrigo Pereira

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL DO GESTOR: INCLUSÃO E EQUIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Fabíola Mendes da Silva¹

Lana Palmeira²

RESUMO:

Este artigo examina a importância da gestão competente e humanizada na educação especial e o papel fundamental que os gestores desempenham nesse contexto. A educação especial visa atender às necessidades de alunos com deficiências ou dificuldades específicas, sendo a boa atividade da gestão essencial para garantir que esses alunos recebam o suporte necessário. Por meio de uma metodologia qualitativa e uma revisão bibliográfica, o artigo aborda três pontos principais: a relevância da educação especial para proporcionar acesso a uma educação de qualidade; o papel do gestor na implementação de programas de educação especial, incluindo a coordenação de recursos e a formação de professores; os desafios enfrentados pelos educadores e gestores, como a falta de recursos e a resistência a mudanças, além de sugerir soluções e parcerias externas. Conclui-se que a liderança do gestor, em colaboração com os professores, é fundamental para o sucesso da educação especial, promovendo um ambiente inclusivo que atenda às necessidades dos alunos.

Palavras-chave: educação especial; gestão educacional; inclusão

1.INTRODUÇÃO

A Educação Especial desempenha um papel fundamental na garantia de que alunos com deficiências ou dificuldades específicas tenham acesso a uma educação de qualidade. Este tipo de educação não apenas visa adaptar o currículo e os métodos de ensino, mas também transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor e inclusivo, onde cada aluno possa desenvolver suas habilidades e potencialidades. A inclusão desses alunos é um direito garantido por legislações e diretrizes educacionais, refletindo um compromisso social com a diversidade e a equidade na educação.

-
1. Graduada em pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas, atualmente é estudante de pós graduação em gestão (UFAL). Email: fabiola.mendes18@hotmail.com
 2. Doutora em educação pela universidade de Alagoas. Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas, lotada na Faculdade de Direito de Alagoas-FDA, onde exerce a função de Coordenadora de Pesquisa, como também no Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE/CEDU

Nesse contexto, uma gestão que lide com tais peculiaridades necessita de competências voltadas a uma vertente não só operacional, como também humanística, os gestores são responsáveis por articular recursos, formar e capacitar professores, e criar políticas inclusivas que promovam a participação ativa de todos os alunos. Além disso, os gestores desempenham um papel vital na sensibilização da comunidade escolar e na formação de uma cultura de respeito e valorização das diferenças.

A Educação Especial é um campo essencial dentro do sistema educacional brasileiro, concebido para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência. A inclusão desses estudantes não é apenas uma exigência legal, conforme estipulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), mas também uma questão de justiça social que busca garantir igualdade de oportunidades para todos. Este artigo tem como objetivo discutir a importância da educação especial, o papel dos gestores na sua implementação, os desafios enfrentados nesse contexto e possíveis soluções que podem ser adotadas para promover uma educação inclusiva de qualidade.

A metodologia utilizada neste estudo é de natureza qualitativa, envolvendo uma revisão da literatura sobre educação especial e inclusiva, análise de dados estatísticos sobre a matrícula de alunos com deficiência nas escolas brasileiras e a coleta de experiências práticas de gestão escolar nessa seara. A pesquisa bibliográfica foi fundamentada em textos de especialistas na área, bem como em diretrizes e políticas públicas pertinentes. Através dessa abordagem, buscamos compreender não apenas os aspectos teóricos, mas também as práticas cotidianas que permeiam o ambiente escolar.

O primeiro capítulo discute a importância da educação especial, enfatizando seu papel fundamental na promoção da inclusão e na formação de um ambiente escolar diversificado e respeitoso. A inclusão não se limita à simples matrícula, mas envolve um compromisso contínuo com a adaptação de currículos e metodologias que atendam às diversas necessidades dos alunos.

No segundo capítulo, abordamos o papel do gestor na educação especial, demonstrando que os gestores escolares desempenham um papel vital na implementação de políticas inclusivas, sendo responsáveis por coordenar recursos, formar professores e garantir um ambiente de apoio. Assim, uma atuação competente

e responsável é crucial para superar barreiras que podem dificultar a inclusão de alunos com deficiência.

O terceiro capítulo foca nos desafios e soluções enfrentados na educação especial. Identificamos os principais obstáculos que gestores e educadores encontram, como a falta de recursos, formação inadequada e resistência a mudanças. Além disso, discutimos estratégias viáveis para superar esses desafios, incluindo a formação contínua de professores e a promoção de parcerias com organizações externas.

Por fim, a conclusão sintetiza os principais pontos abordados ao longo do artigo e reflete sobre a importância de uma educação inclusiva de qualidade como um direito fundamental. Ressaltamos que a inclusão não é apenas uma meta a ser alcançada, mas um processo contínuo que requer o envolvimento e a colaboração de todos os atores da comunidade escolar.

Dessa forma, esperamos que este artigo contribua para uma melhor compreensão dos desafios e das potencialidades da educação especial, estimulando a reflexão e a ação em prol de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo para todos.

2. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Antes de adentrar nas questões específicas que nortearão a presente seção, cabe destacar, até para fins de melhor condução sequencial das ideias, a diferença existente entre Educação Especial e Educação Inclusiva.

A Educação Especial, segundo a literatura que abarca a temática, Oliveira e Santos et.al (2019), Kassar (2011), Kumada, Souza e Pagame (2022) refere-se a um conjunto de práticas educacionais direcionadas a atender as necessidades de aprendizagem de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Seu foco é fornecer suporte especializado e recursos adaptados para promover o desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses alunos, com o intuito de possibilitar sua inclusão no ambiente escolar de maneira adequada às suas especificidades.

A educação especial se faz com o Atendimento Educacional Especializado, qual é fundamental para o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Na história dessa educação, esse atendimento no Brasil, segundo Kassar (2011),

[...] foi construído separadamente da educação oferecida à população que não apresentava diferenças ou características explícitas que a caracterizasse como “anormal”. Dessa forma, a educação especial constituiu-se como um campo de atuação específico, muitas vezes sem interlocução com a educação comum. Esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos (Kassar, 2011, p. 62)

Isso nos mostra que a Educação Especial hoje é essencial para atender às necessidades de aprendizagem de alunos com deficiências, objetivando proporcionar suporte especializado e recursos adaptados, favorecendo o desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses alunos, e garantindo sua inclusão de forma adequada no ambiente escolar.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das práticas fundamentais dessa abordagem, sendo vital para o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Já a Educação Inclusiva é um modelo educacional que busca garantir o direito de todas as crianças, independentemente de suas características ou condições, frequentarem a escola regular, participando ativamente das atividades escolares com apoio, quando necessário. A Educação Inclusiva vai além da adaptação das práticas pedagógicas para alunos com deficiências; ela busca transformar a escola como um todo, tornando-a mais acessível e acolhedora para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, sem segregá-los ou isolá-los em classes especiais.

Ou seja, enquanto a Educação Especial se concentra na adaptação de recursos e estratégias para atender a necessidades específicas de alunos com deficiências, a Educação Inclusiva vai além, propondo uma mudança no sistema educacional para que ele seja acessível e inclusivo a todos, respeitando as diferenças e promovendo a convivência e o aprendizado coletivo.

Essas políticas educacionais são importantes para se pensar o sujeito da educação especial, contudo, não podemos esquecer que é o PPP (Projeto Político Pedagógico) e o currículo da escola que constituem os objetivos de ensino e aprendizagem, que visam preparar o sujeito para sua integração educacional e social.

A educação especial é um direito garantido a todos os alunos e visa atender às suas necessidades específicas. Isso inclui a adaptação do currículo, métodos de ensino e ambiente escolar para promover a inclusão. Pesquisas indicam que a

educação inclusiva não só beneficia os alunos com necessidades especiais, mas também enriquece o ambiente escolar como um todo, promovendo a diversidade e o respeito mútuo.

Conforme as leis que regem a educação especial e inclusiva, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nacional nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a educação especial e inclusiva está de acordo com um parâmetro desejável de justiça e igualdade social¹. Tal política busca a integração de pessoas com deficiência não apenas nas redes de ensino, mas também em todos os contextos sociais. Isso permite uma abertura maior à educação escolar, visto que a integração do sujeito se faz com educação e esta se destina a formar sujeitos para atuar na sociedade.

Refletindo sobre as políticas públicas para a educação especial e inclusiva pensamos na estrutura da escola, no ato pedagógico do ensino que ressignifica a metodologia para as crianças que tem dificuldade de aprendizagem. Nisso, faz-se pensar nas novas tecnologias que vem tomando conta de espaços e adentrando aos modos metodológicos. Segundo Santos (2021).

Vivemos numa corrida desenfreada pelo acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, caminhamos conectados às novas metodologias de ensino e ressignificação do ato educativo, tentando romper com a herança tradicional fortemente elucidado nas nossas escolas, nos permitindo refletir diariamente sobre o que vem a ser o ato educativo. (Santos, 2021, p. 71)

Na educação especial é importante o ato reflexivo do que vem a ser educação, pois, é fundamental que professores tenham empatia (para perceber as necessidades do outro) e resiliência (de buscar aprender e superar obstáculos).

1. A justiça social refere-se ao conceito de uma sociedade onde todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças socioeconômicas, culturais, étnicas ou físicas, tenham acesso a direitos e oportunidades de forma equitativa. Ela envolve a distribuição justa dos recursos, a eliminação de desigualdades e a promoção de um ambiente onde todos possam viver com dignidade e participar ativamente da vida social, econômica e política. A justiça social é um princípio fundamental em diversas abordagens de direitos humanos, educação, saúde e políticas públicas, sendo um dos pilares para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

No contexto educacional, consideramos que a escola deve ser para todos, visto que é direcionada em forma de lei e dever da família de matricular os estudantes nas instituições de ensino, entretanto, ao longo do ano letivo crianças e adolescentes não se identificam com o ambiente ou não conseguem se adaptar ao currículo da instituição. Isso nos faz pensar que a escola é para todos, mas nem todos são para escola no formato em que a mesma se encontra pautada. Conforme o autor já citado:

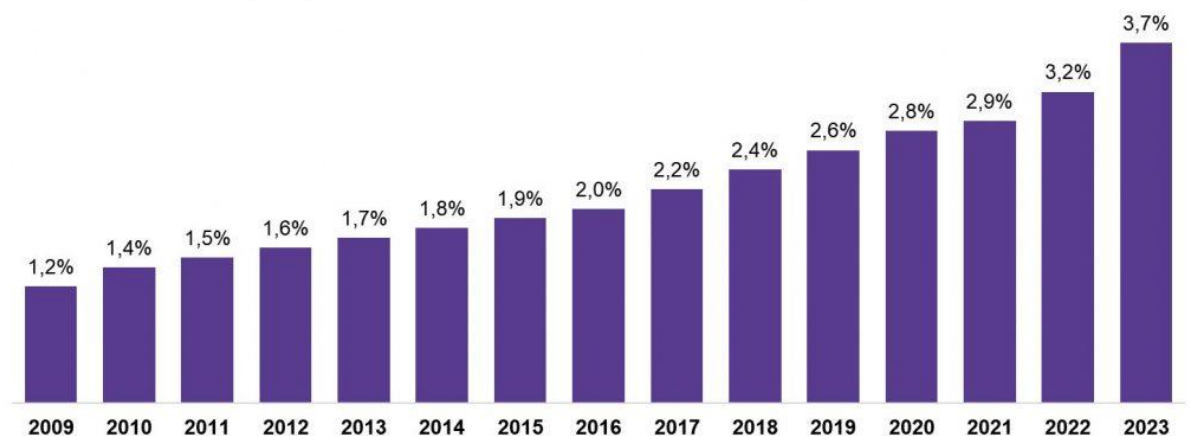
Com o advento da democratização escolar, vivenciamos ainda o paradoxo de inserção/exclusão quando nos referimos ao acesso a níveis mais elevados de educação, e mesmo assim, é possível perceber a exclusão. Então questionamos: Quantos sujeitos com necessidades especiais estão matriculados ou ainda conseguem permanecer e concluir com êxito os estudos? Temos alguns avanços, porém ainda precisaremos caminhar muito. (Santos 2021,p. 71/72)

Desde sempre a instituição educacional buscou segregar as pessoas, sem a resiliência de buscar modificar comportamentos para incluí-las. Para além disso, no que tange ao o processo de reflexão da prática pedagógica, é discutida formação de professores, o engajamento entre esses profissionais para atrair seu público alvo: os estudantes. Entretanto, por mais que estejamos avançando com as tecnologias e as formas de aprender com o discurso de educação inclusiva, ainda se vê a falta de interesse dos professores de buscar aprender, buscar parceria na escola, buscar autoformação.

A necessidade desse buscar é devido à crescente mudança de cenário educacional brasileiro, vivemos na era da tecnologia, da IA (Inteligência Artificial) que vem provocando novas formas de ensino e aprendizagem. Esse buscar também está relacionado à demanda da escola com os diferentes sujeitos que nela perpassa, como pessoas com deficiência.

Segundo o censo de 2023, a cada ano cresce o número de pessoas com deficiência matriculadas na rede pública de ensino. No Brasil, há 1.771.430 crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência matriculados no ensino básico. Isso abrange aqueles com deficiência intelectual, física, auditiva ou múltipla, autismo, surdez, baixa visão, cegueira, surdocegueira, além de altas habilidades ou superdotação. De acordo com o gráfico abaixo, podemos perceber o crescente aumento do ano de 2009 a 2023.

Proporção de matrículas da Educação Especial - Brasil



Fonte: Painel de Indicadores da Educação Especial disponibiliza atualização de dados do Censo Escolar 2023 - Instituto Rodrigo Mendes

A pesquisa de Pavezi e Mainardes (2019) enfatiza o quanto a escola é excludente, seja na falta de ações desenvolvidas na instituição para a inclusão das pessoas com matrícula na educação especial, seja em políticas de permanência desses estudantes na instituição de ensino. No texto, as autoras identificaram fatores que contribuem para a exclusão. De acordo com elas:

Identificamos diversos fatores que evidenciam essa exclusão operada no interior das escolas, como: 1) oferta insuficiente e inadequada de serviços de apoio a inclusão (ausência de interprete de LIBRAS, insuficiência na oferta de AEE, profissionais contratados temporariamente e sem capacitação adequada, falhas nas adaptações arquitetônicas); 2) promoção automática dos alunos do PAEE para as etapas seguintes da escolarização desvinculada da aprendizagem; 3) isolamento dos alunos do PAEE e dos profissionais que atuam com eles dentro da escola, como se fossem um *corpo estranho* ao ambiente da escola comum. (Pavezi e Mainardes, 2019, P. 759)

Para a integração, pautada na justiça e equidade social, é fundamental que as instituições de ensino desenvolvam políticas que garantam a efetividade da educação especial, com investimento em recursos pedagógicos e a capacitação contínua de professores são passos cruciais para que a educação especial cumpra seu papel, a personalização do ensino é um aspecto essencial para que os alunos se sintam acolhidos e motivados.

Em se tratando de Justiça social e equidade, esta desempenha um papel fundamental na teoria da justiça de John Rawls, sendo um conceito central no

entendimento de como o autor articula a justiça social. A equidade está diretamente associada à ideia da verdadeira e necessária justiça um dos pilares da sua obra. Essa noção busca garantir que, ao invés de tratar todos de maneira igual (igualdade formal), a sociedade deve tratar de forma justa as pessoas de acordo com suas necessidades e circunstâncias, promovendo uma distribuição dos recursos que favoreça os mais desfavorecidos.

Rawls introduz o conceito de "princípio da diferença" como um meio de aplicar a equidade. Esse princípio estabelece que as desigualdades sociais e econômicas são aceitáveis apenas se, e somente se, beneficiarem os indivíduos mais pobres ou desfavorecidos da sociedade. Em outras palavras, a desigualdade pode ser justificada, desde que ela contribua para melhorar a condição dos mais necessitados, o que representa um esforço para tornar a sociedade mais equitativa.

Santos (1995) propõe um olhar crítico e renovado sobre a igualdade e a diferença nas sociedades contemporâneas. Ele sugere que a construção de uma sociedade mais justa deve levar em consideração as especificidades culturais e sociais, promovendo um reconhecimento das diferenças e uma igualdade que não seja homogênea, mas que respeite a diversidade e as identidades culturais dos diferentes grupos.

A equidade, portanto, não se limita a tratar todos obrigatoriamente de forma igualitária, mas se preocupa com as desigualdades estruturais existentes, buscando reduzir as disparidades e garantir que os menos favorecidos tenham acesso a condições que permitam uma vida digna e o desenvolvimento de suas capacidades. Essa perspectiva se alinha com a ideia de "justiça distributiva", na qual os recursos são repartidos com base nas necessidades e nas circunstâncias de cada pessoa, e não de forma indiferente ou uniforme.

3. PAPEL DO GESTOR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os gestores têm um papel vital na implementação e supervisão dos programas de educação especial. Eles são responsáveis por coordenar recursos, formar professores, desenvolver políticas inclusivas e criar um ambiente de apoio tanto para os alunos quanto para suas famílias. A liderança efetiva dos gestores é uma condição necessária para o sucesso das iniciativas de inclusão. Segundo Sage (1999).

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores. (Sage, 1999, p. 138)

Porém, na perspectiva da educação especial e inclusiva a gestão escolar enfrenta desafios organizacionais e de interesse em se envolver com os estudantes com deficiência e assim ajudar o professor do AEE na inclusão.

As atribuições do gestor são inúmeras ao analisarmos todo o contexto escolar. Dentre algumas atribuições estão: promover um calendário acadêmico com projetos e festividades comemorativas associadas à educação, dialogar e mediar com os professores e a família sobre as necessidades dos estudantes, cuidar e zelar pela instituição de ensino com reformas, solicitar a merenda, fazer a prestação de contas, além de outras mais. E nisso, onde fica o professor do AEE? Para além do que foi dito sobre as atribuições, é sabido que este deve delegar funções aos demais agentes da educação, ou seja deve haver uma parceria entre funcionários para que o andamento possa ser bem cumprido.

Referente a isso, seguimos com o levantamento da pesquisa realizada por Costa e Fassheber. No artigo intitulado: “Gestão escolar e os desafios da educação especial e inclusiva”, os autores tiveram como objetivo geral analisar os desafios da gestão escolar na perspectiva da educação especial e inclusiva, enquanto os específicos são compreender os avanços na política da educação inclusiva, compreender a educação especial através da inclusão e por fim destacar o papel do professor na inclusão de crianças com necessidades especiais.

No trabalho mencionado foi constatado que a escola tem como princípio fundamental que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente das suas dificuldades e diferenças. Cabe às escolas responder às diversas necessidades dos seus alunos, garantindo uma educação de qualidade para todos. Isso nos faz pensar que só a função do professor não é suficiente para a promoção da educação especial e inclusiva, pois é preciso um líder está a frente para engajar a escola toda nos processos educativos e, claro de inclusão na instituição.

De acordo com Costa e Fassheber,

A gestão escolar deve promover um ambiente inclusivo, onde a diversidade seja celebrada e o respeito mútuo seja enfatizado. Isso envolve a implementação de programas de conscientização e educação que promovam a aceitação e a compreensão das diferenças (Costa e Fassheber, 2024, p. 12)

Ainda conforme os autores, a gestão deve adotar uma postura holística frente às demandas da educação especial e inclusiva,

(...) garantindo que seus educadores estejam adequadamente capacitados, a infraestrutura esteja adaptada, os recursos estejam disponíveis e o ambiente escolar promova a aceitação da diversidade. Além disso, é essencial que a gestão escolar promova parcerias com pais, comunidade, profissionais de saúde e outras instituições para criar um sistema de suporte abrangente para alunos com deficiência. (Costa e Fassheber, 2024, p. 12)

Uma gestão eficaz implica a construção de uma cultura escolar inclusiva. Isso envolve não apenas a implementação de práticas pedagógicas adaptadas, mas também a promoção de um clima escolar onde todos se sintam valorizados. O gestor deve ser um facilitador, promovendo a colaboração entre professores, alunos e familiares.

Segundo Araújo, Junior e Pinheiro (2021), a gestão escolar enfrenta o desafio de combater a estigmatização e o preconceito em relação aos alunos com deficiência. Muitas vezes, o ambiente escolar pode ser hostil ou não acolhedor, resultando em isolamento e discriminação. Portanto, é essencial que a gestão escolar promova um ambiente inclusivo, onde a diversidade seja valorizada e o respeito mútuo seja uma prioridade. Isso requer a implementação de programas de conscientização e educação que incentivem a aceitação e a compreensão das diferenças.

A política nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva mostra que embora o documento não mencione especificamente o papel do gestor escolar, ele sugere diversas possibilidades de ação para a gestão no contexto da educação especial e inclusiva ao propor a reorganização dos sistemas e novas diretrizes para a formação de professores. As orientações dadas aos sistemas de ensino enfatizam a importância da participação ativa de todos os envolvidos — alunos, professores, gestores, pais e outros profissionais — na elaboração e avaliação de propostas para a implementação dessas políticas.

O gestor deve promover o desenvolvimento de um trabalho colaborativo e reflexivo entre educadores, valorizando tanto os saberes da comunidade quanto o percurso escolar dos alunos. Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla

das necessidades dos estudantes e contribui para um ambiente educativo mais inclusivo.

Além disso, é responsabilidade do gestor fomentar atividades de ensino, pesquisa e extensão que visem à inclusão escolar e à educação especial. Essas iniciativas são fundamentais para aprimorar a prática pedagógica e fortalecer a gestão educacional. O gestor também deve buscar a celebração de convênios com instituições privadas sem fins lucrativos, garantindo que tais parcerias estejam alinhadas com a política nacional de educação especial e que sejam passíveis de avaliação contínua em relação a seus objetivos e métodos.

Azevedo (2022) complementa que a gestão escolar tem um papel crucial na promoção da educação especial e inclusiva, enfrentando desafios significativos, embora não intransponíveis. Ao abordar questões como a formação inadequada dos professores, a falta de recursos, as barreiras arquitetônicas e a estigmatização, as escolas podem criar ambientes onde todos os alunos tenham a chance de aprender, crescer e se desenvolver plenamente. A educação inclusiva e especial não é apenas um direito fundamental, mas também uma necessidade para construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa, dentro de um panorama que é indubitavelmente diverso, nas mais várias acepções.

4. DESAFIOS E SOLUÇÕES

Os gestores e professores que atuam na educação especial enfrentam diversos desafios. Entre estes desafios, a falta de recursos, a necessidade de formação contínua para educadores e a resistência a mudanças são os mais recorrentes. Muitos gestores relatam dificuldades em alocar recursos adequados para atender às demandas específicas da educação especial, o que pode comprometer a qualidade do atendimento.

Azevedo (2022) enfatiza o papel importante que tem na promoção da educação especial e inclusiva, ressaltando que esses desafios são significativos no contexto escolar, pois aborda a arquitetura do lugar, formação e engajamento dos professores e comportamento dos estudantes, mas esses desafios não são insuperáveis.

Superar esses obstáculos requer esforço, dedicação e cooperação de toda a comunidade escolar. A educação inclusiva e especial vai além de uma obrigação ética; é uma oportunidade de criar uma sociedade mais justa e equitativa, onde cada aluno, independentemente de suas particularidades, tenha a possibilidade de alcançar

seu máximo potencial. Assim, é fundamental que a gestão escolar continue a enfrentar esses desafios de maneira firme, promovendo um ambiente educacional onde a diversidade não apenas seja aceita, mas também valorizada e celebrada (Costa e Fassheber, 2024)

Conforme Araújo, Junior e Pinheiro (2021), há alguns passos para a superação da burocratização e assim, desenvolver a inclusão almejada, mas antes de tudo é importante salientar a relevância que tem o conselho escolar par essa desburocratização, logo depois seguem os passos citados pelos autores como:

O primeiro passo é construir uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular; o segundo passo do processo é a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar seus saberes, a fim de desenvolver um programa de equipe em progresso contínuo; o terceiro passo envolve a criação de dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola; o quarto passo abrange a criação de tempo para reflexão sobre a prática desenvolvida. (Araujo, Junior E Pinheiro, 2021, n.p).

Para superar esses desafios, são necessárias soluções efetivas. A implementação de programas de capacitação contínua para educadores é uma estratégia importante, pois proporciona aos professores as ferramentas necessárias para lidar com a diversidade em sala de aula. Além disso, buscar parcerias com organizações externas pode ampliar os recursos disponíveis e oferecer suporte adicional às escolas. A promoção de uma cultura escolar inclusiva, onde todos se sintam responsáveis pela inclusão, também é fundamental.

5. CONCLUSÃO

A educação especial, como direito fundamental, não se limita apenas à adaptação de currículos e metodologias, mas representa um compromisso social com a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. O reconhecimento desse direito é um passo vital para assegurar que todas as crianças e adolescentes, pessoas que gozam por lei de proteção integral, nos termos do que se encontra disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades e se tornarem cidadãos plenos. A legislação brasileira, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), estabelece diretrizes claras para a inclusão e enfatiza a necessidade de um sistema educacional que atenda a todos.

Apesar dos avanços significativos, muitos desafios ainda persistem no âmbito da educação especial. A falta de recursos adequados, tanto financeiros quanto humanos, dificulta a implementação eficaz das políticas inclusivas. Muitas instituições de ensino ainda carecem de profissionais capacitados para atender às demandas específicas de alunos com deficiência, o que resulta em uma educação de qualidade inferior para esses estudantes. Além disso, a resistência de alguns educadores e gestores a mudanças pedagógicas e metodológicas cria um ambiente desfavorável à inclusão. É fundamental que haja uma mudança de mentalidade, reconhecendo que a diversidade enriquece o processo educativo.

A formação contínua de professores é uma estratégia crucial para enfrentar esses desafios. Investir em cursos capacitações que abordem tanto as questões pedagógicas quanto as especificidades das deficiências permitirá que os educadores se sintam mais seguros e preparados para trabalhar em sala de aula. Programas de formação que incluam a utilização de tecnologias assistivas e metodologias inovadoras podem facilitar a adaptação do ensino às diferentes necessidades dos alunos. Além disso, é vital que as escolas estabeleçam parcerias com instituições de saúde, organizações não governamentais e com a comunidade, para garantir um suporte abrangente aos alunos e suas famílias.

A gestão escolar desempenha um papel central na implementação da educação especial. Os gestores devem ser líderes proativos, que promovam um ambiente escolar inclusivo, onde a diversidade é celebrada. Isso envolve a criação de políticas que incentivem a colaboração entre professores, alunos e familiares, além da promoção de uma cultura de respeito e aceitação das diferenças. A gestão deve ser holística, considerando não apenas as necessidades educacionais, mas também as sociais e emocionais dos alunos, para, além de barreiras arquitetônicas romper também barreiras atitudinais.

Um aspecto fundamental da inclusão é a personalização do ensino. Cada aluno traz consigo um conjunto único de habilidades, interesses e desafios. Portanto, as práticas pedagógicas devem ser adaptadas para atender a essa diversidade. A personalização não é apenas uma questão de ajustar o conteúdo, mas também de proporcionar um ambiente onde todos os alunos se sintam valorizados e motivados a aprender. Isso implica na construção de relações de confiança e empatia entre educadores e alunos, reconhecendo e respeitando as individualidades de cada um.

Além disso, a inclusão deve ser uma preocupação de toda a comunidade escolar. É necessário promover a conscientização sobre a importância da educação inclusiva, não apenas entre educadores, mas também entre alunos e suas famílias. A sensibilização para a diversidade e a promoção de um ambiente de aceitação podem contribuir significativamente para a criação de uma cultura escolar mais inclusiva. A realização de atividades que promovam a interação entre alunos com e sem deficiência pode facilitar a compreensão mútua e o respeito às diferenças.

Embora o Brasil tenha avançado na inclusão de alunos com deficiência, os números ainda mostram que muitos enfrentam barreiras significativas no acesso e na permanência nas escolas. De acordo com dados recentes, o número de crianças e adolescentes com deficiência matriculados na rede pública de ensino tem crescido, mas a taxa de evasão e o fracasso escolar ainda são preocupantes. Esses dados evidenciam a necessidade urgente de políticas que não apenas garantam a matrícula, mas que também assegurem a permanência e a conclusão dos estudos por parte desses alunos.

Os gestores escolares têm um papel crucial na identificação de práticas que promovam a inclusão efetiva. Isso abarca a alocação de recursos adequados, a implementação de programas de apoio e a promoção de um ambiente de aprendizado colaborativo. A liderança competente é um fator determinante para o sucesso das iniciativas de inclusão. Gestores que inspiram e motivam suas equipes, promovendo um clima de cooperação e inovação, têm maior chance de implementar mudanças significativas.

Em suma, a educação especial e inclusiva é uma responsabilidade coletiva que envolve não apenas as escolas, mas toda a sociedade. Para que a inclusão seja uma realidade, é essencial que haja um comprometimento genuíno por parte de todos os atores envolvidos. A luta por uma educação que respeite e valorize as diferenças é uma construção diária, que exige reflexão, ação e, principalmente, empatia. A jornada para uma educação inclusiva é desafiadora, mas é também uma oportunidade única de transformar a sociedade e garantir que todos tenham a chance de alcançar seu pleno potencial. A busca por um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo não é apenas uma questão de direitos, mas também um passo essencial para a construção de um futuro mais justo e igualitário para todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria das Graças Sandes de; JUNIOR, Ivaldo Sales Nascimento; PINHEIRO, Ivaci Bonfim. Gestão escolar e educação inclusiva: uma relação, um compromisso. *Revista Entre Saberes, Práticas e Ações, Palmeira dos Índios, AL*, v.1 n.1, p.1-180, mar./jun. 2021

AZEVEDO, C. B. Escola inclusiva, diversidade e gestão escolar: O que dizem gestores de escolas públicas do Rio Grande do Norte. *Revista Pedagógica, Chapecó*, v. 24, p. 1-25, ano 2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: 1988. Brasília: Senado Federal, centro Federal, centro gráfico,1988.

_____. 2016. Lei Brasileira de Inclusão. No 13.146, de 6 de julho de 2015. Senado Federal. Senador PAULO PAIM. Autor da Lei. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em out. 2024.

COSTA, Paulo Damasceno; FASSHEBER, Daniela Monteiro. Gestão escolar e os desafios da educação especial e inclusiva. *Souzaead. Revista Acadêmica Digital*. Nº 73, Maio de 2024.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira; SOUZA, Marcia Maurilio; PAGAIMÉ, Adriana. Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva. São Paulo: Editora UFABC, 2022.

OLIVEIRA, Elinalva Alves de; SANTOS, Geandra Claudia Silva; MATOS, Izabeli Sales; RIBEIRO, Renata Rosa Russo Pinheiro Costa. *Pedagogia: Educação especial*. 1. ed. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE, 2019.

PAVEZI, Marilza; MAINARDES, Jefferson. Políticas de Educação Especial no Estado de Alagoas. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Bauru, v.25, n.4, p.747-764, Out.-Dez., 2019.

RAWLS, J. 2002. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo : Martins Fontes.

SANTOS, Letícia de Oliveira. Educação Inclusiva: possibilidades e desafios para sucesso escolar de estudantes com necessidades especiais. *Saberes docência em ação*, Maceió-al. V.05, nº 1, novembro de 2021

SAGE, D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In STAINBACK, Susan Bray

SANTOS, Boaventura de Souza. A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. Palestra Proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 4 a 6 de setembro de 1995.